

Jornal do(a) Professor(a)

PUBLICAÇÃO DO SINDICATO DOS DOCENTES DAS UNIVERSIDADES FEDERAIS DE GOIÁS - ANO XI- Nº 82 - JULHO DE 2023

    @adufgsindicato

ORÇAMENTO

Páginas 8 e 9

RECOMPOSIÇÃO ALIVIA, MAS NÃO RESOLVE PROBLEMAS DAS UNIVERSIDADES



ENTREVISTA

SECRETÁRIA DE INCLUSÃO DA UFG, PROFESSORA LUCIANA DIAS FALA SOBRE POLÍTICAS E AÇÕES AFIRMATIVAS

Página 6

UFJ

LABORATÓRIO OFERECE INCLUSÃO PARA PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

Página 7

EXTENSÃO

PROJETO DA UFG IDENTIFICA CONDIÇÕES DAS NASCENTES DA REGIÃO METROPOLITANA DE GOIÂNIA

Página 11

TRAJETÓRIA

PROFESSOR RONALDO ALVES GARCIA, DO INSTITUTO DE MATEMÁTICA E ESTATÍSTICA, CONTA SUA HISTÓRIA

Página 16

Prestação de contas

Janeiro de 2023

1 Arrecadação, Rendimentos Financeiros e Outros		
1.1	Contribuição Filiados - Mensalidades	460.989,82
1.2	Ingressos, Eventos e Festas	5.815,90
1.3	Receita com Pró Labore Seguro de Vida	1.313,61
1.4	Receitas Financeiras	188.767,60
1.5	Outras Receitas	4.578,64
1.6	Resgate de aplicações financeiras	101.562,47
1.6.1	IRRF/IOF sobre Resgate de aplicações financeiras (-)	2.277,07
Total R\$		760.750,97

2 Custos e Despesas Operacionais		
2.1	Despesas com Pessoal	
2.1.1	Salários e Ordenados	94.645,02
2.1.2	Encargos Sociais	53.596,49
2.1.3	Seguro de Vida	691,93
2.1.4	Outras Despesas com Pessoal	6.391,50
2.1.5	Ginástica Laboral	758,74
2.1.6	Férias, 13º salário e Rescisões	11.236,90
2.1.7	PIS s/ Folha de Pagto.	1.560,21
Total R\$		168.880,79

2.2 Serviços Prestados por Terceiros		
2.2.1	Cessão de Uso de Software	4.057,34
2.2.2	Despesas com Correios	5.709,76
2.2.3	Energia Elétrica	3.936,35
2.2.4	Honorários Advocatórios	11.549,20
2.2.5	Honorários Contábeis	4.835,00
2.2.6	Locação de Equipamentos	640,00
2.2.7	Serviços Gráficos	6.160,00
2.2.8	Honorários de Auditoria	1.500,00
2.2.9	Tarifas Telefônicas e Internet	3.441,09
2.2.10	Hospedagem/manutenção/layout do site	614,17
2.2.11	Vigilância e Segurança	550,31
2.2.12	Comunicação/Rádio/TV/Jornal	0,00
2.2.13	Serviços de Informática	3.168,15
2.2.14	Outros Serviços de Terceiros	0,00
2.2.15	Água e Esgoto	1.227,82
Total R\$		47.389,19

2.3 Despesas Gerais		
2.3.1	Combustíveis e Lubrificantes	3.582,46
2.3.2	Despesas com Tâxi	141,83
2.3.3	Despesas com Coral	2.603,67
2.3.4	Despesas com Grupo Travessia	0,00
2.3.5	Diárias de Viagens	12.315,75
2.3.6	Tarifas Bancárias	941,57
2.3.7	Lanches e Refeições	1.479,04
2.3.8	Sextart	18.492,42
2.3.9	Patrocínios e Doações	19.153,77
2.3.10	Manutenção de Veículos	1.886,40
2.3.11	Festa do Professor	0,00
2.3.12	Festa Final de Ano	0,00
2.3.13	Passagens Aéreas e Terrestres	3.698,04
2.3.14	Gêneros de Alimentação e Copa	3.048,39
2.3.15	Despesas com manutenção Sede Campestre	10.228,44
2.3.16	Hospedagens Hotéis	5.117,52
2.3.17	Material de expediente	2.199,23
2.3.18	Outras despesas diversas	13.896,84
2.3.19	Manutenção e Conservação	13.305,39
2.3.20	Homenagens e Condecorações	280,00
2.3.21	Despesas com Sede Adm. Jataí	3.328,75
2.3.22	Despesas com Sede Adm. Catalão	2.650,66
2.3.22	Despesas com eleições	0,00
2.3.23	Cópias e autenticações	0,00
2.3.24	Festa do Professor Sd. Adm. Jataí	0,00
2.3.25	Sextart Catalão	0,00
2.3.26	Despesas com Manifestações	0,00
2.3.27	Encontro Nacional PROIFES-FEDERAÇÃO	0,00
2.3.28	Despesas com Espaço Saúde	0,00
2.3.29	Despesas com atividades do Espaço Cultural	0,00
2.3.30	Despesas com processos jurídicos	15.606,57
Total R\$		133.956,74

2.4 Despesas Tributárias		
2.4.1	IR sobre Folha de Pagto/Férias/Rescisões	11.551,06
2.4.2	Outras Despesas Tributárias	555,51
Total R\$		12.106,57

2.5 Repasse Fundo Social e Contribuições		
2.5.1	Repasse para C/C Fundo Social	0,00
2.5.2	CUT - Central Única dos Trabalhadores	4.848,00
2.5.3	Proifes Federação	25.343,16
Total R\$		30.191,16

Total Geral dos Custos e Despesas Operacionais R\$	392.524,45
3 Resultado do exercício 09.2021 (1-2)	368.226,52

4 Atividades de Investimentos		
4.1	Imobilizado	
4.1.1	Construções e Edificações	6.000,00
4.1.2	Máquinas e Equipamentos	499,00
4.1.3	Veículos	0,00
4.1.4	Móveis e Utensílios	16.500,00
4.1.5	Computadores e Periféricos	429,00
4.1.6	Outras Imobilizações	3.740,60
Total R\$		27.168,60

4.2 Intangível		
4.2.1	Programas de Computador	0,00
4.2.2	Investimentos com Marcas e Patentes	0,00
Total R\$		0,00

4.3 Aplicações Financeiras		
4.3.1	Aplicação	60,00
Total R\$		60,00

Total Geral dos Investimentos R\$	27.228,60
5 Resultado Geral do exercício 09.2022 (3-4)	340.997,92

Os valores contidos nestes relatórios estão por Regime de Caixa. Regime de caixa é o regime contábil que apropria as receitas e despesas no período de seu recebimento ou pagamento, respectivamente, independentemente do momento em que são realizadas.

Os balanços dos meses anteriores estão disponíveis em www.adufg.org.br.

EDITORIAL

CARO(A) PROFESSOR(A),

Não há dúvidas de que, nos últimos anos, a educação brasileira foi alvo de constantes ataques por parte do governo anterior. Troca de cinco ministros, escândalos de corrupção, ataques às universidades, evasão escolar e quedas no número de matrículas são listados como alguns desastres da política educacional adotada entre 2019 e 2022. No entanto, outro fator causou ainda mais impacto: os cortes orçamentários, que colocaram em risco o funcionamento das universidades federais e institutos federais de todo o País.

Felizmente, o cenário começou a mudar. Em abril, o Governo Federal anunciou a recomposição de R\$ 2,44 bilhões no orçamento das instituições de ensino superior. A medida reverte a curva descendente do orçamento nos últimos anos, mas ainda não resolve todos os problemas.

O Jornal do Professor conversou com dirigentes das três universidades federais localizadas em Goiás: UFG, UFJ e UFCAT para entender como serão utilizados os recursos. Em todas elas, a recomposição possibilita um novo fôlego econômico, mas ainda está aquém do necessário. O assunto é tema da reportagem de capa desta edição.

A edição 82 também aborda, entre outros assuntos, que a desigualdade entre brancos e negros tem crescido de forma geral no Ensino Superior. No entanto, a UFG não reflete tal realidade. A publicação também traz uma reportagem especial sobre a aprovação do Plano de Manejo da Sede Campestre do Adufg-Sindicato, que tornou o local a primeira Reserva Particular do Patrimônio Natural (RPPN) documentada no Estado de Goiás.

Estão disponíveis, ainda, notícias sobre projetos desenvolvidos no âmbito acadêmico das universidades federais goianas. Por fim, o Jornal do Professor também apresenta notícias das suas ações na defesa dos direitos da categoria docente, bem como artigos de opinião.

Redação: (62) 3202-1280

jornaldoprofessor.adufg@gmail.com



20ª Diretoria Executiva
Sindicato dos Docentes das
Universidades Federais de Goiás

Geci Silva
Diretor Presidente

Luciene Dias
1ª Vice-presidenta

Luís Contim
2º Vice-presidente

Ricardo Moura
3º Vice-presidente

Gláucia Carielo
Diretora secretária

Tatiana Fiuza
Diretora de Comunicação, Promoções
Sociais, Culturais e Científicas

Flávio Silva
Diretor Administrativo

Maria José Pereira
Diretora de Assuntos
Educação e de Carreira

Romualdo Pessoa
Diretor Financeiro

André Geyer
Diretor de Convênios e de
Assuntos Jurídicos

Ana Kratz
Diretora de Assuntos de
Aposentadoria e Pensão

Geovana Reis
Diretora de Relações
Interinstitucionais

Jornal do Professor

PUBLICAÇÃO DO SINDICATO DOS
DOCENTES DAS UNIVERSIDADES
FEDERAIS DE GOIÁS

ANO XI - Nº 82

JULHO DE 2023

Professor Juarez Ferraz de Maia
Idealizador do projeto

Cleomar Nogueira
Projeto gráfico original

Rafael Vaz
Editor responsável

Vinicius Braga (JP 3219 GO)
Reportagem/Edição

Lígia Saba
Reportagem

Revisão: Hélio Furtado do Amaral
Fotografias: Nilma Ayumi e Erik Ely

Diagramação: Raphael Dourado

Data de fechamento: 27/06/2023

Tiragem: 2500 exemplares

Impressão: Stylo Gráfica

jornaldoprofessor.adufg@gmail.com

9ª Avenida, 193, Leste Vila Nova -
Goiânia - Goiás - (62) 3202-1280

Acompanhe nossas redes sociais:
[@adufgsindicato](https://www.instagram.com/adufgsindicato)

www.adufg.org.br



Silvia Rosa da Silva Zanolla
Professora titular da Graduação
em Psicologia e da Pós-Graduação
em Educação da FE/ UFG

Esta reflexão é dedicada a professores e autoridades que lutam contra a violência por uma sociedade humana em todos os sentidos. É comum olhar a violência de um patamar específico e limitado devido ao impacto e despreparo social para com esta lidar. Nessa medida, não raro se esquece que adoecimento mental e violência andam de “braços dados”, envolvendo fatores variados (sociais, culturais, econômicos, subjetivos e políticos). Para melhor abordar essa temática, foi eleita a palavra “frieza”, como um eixo norteador emblemático de tudo o que uma sociedade humanista deveria evitar.

Em “Educação após Auschwitz”, o sociólogo e filósofo da Escola de Frankfurt Theodor Adorno alertou sobre a barbárie histórica recorrente na sociedade. Logo, a única forma de conter tal regressão seria uma educação crítica e criativa, humanista. Seria lindo e cômodo destacar aqui palavras como: amor, paz, consciência, humanidade, justiça. Contudo, a “frieza” atingiu um patamar tão elevado nessa sociedade que precisa ser identificada e lembrada no sentido de combatê-la.

A “frieza” advém de racionalidade por condições sociais e culturais desumanas; é contrária ao calor humano, ao amor consciente (não ao amor romântico - da paixão de pathos -doença); da identificação criativa que forma a identidade, a maioria do ser humano por uma autoridade que tem como referência a emancipação, a independência espiritual pelo vínculo afetivo. Uma educação embasada na autonomia de pensamento; pelo espírito crítico e valores consistentes para a formação ampla e cultural romperia com a barbárie da frieza do fascismo em geral.

É comum que tal ignorância viole a cultura atingindo o trabalho e a saúde mental. No pós-pandemia, isso se intensificou nas escolas: ataques violentos, alto grau de desequilíbrio mental e social e dificuldades com a tecnologia avançada. Segundo a Organização Mundial da Saúde (OMS), em 2019, o adoecimento mental já era grave em quase um bilhão de pessoas no mundo e o abuso sexual infantil indica uma de suas maiores causas. Desigualdades sociais e econômicas, guerras e crise climática estão entre as ameaças globais à saúde mental que causam emergências na saúde pública.

Após a pandemia, doenças mentais aumentaram em 25%. Para a OMS, outro problema sério é o despreparo social para lidar com a doença mental, como violações de direitos humanos em comunidades e sistemas de atendimento. Há uma sucessão de ‘sofrimentos’. O tratamento inadequado pode piorar a situação. O despreparo é amplo: de familiares e conhecidos ao atendimento. Os profissionais, na sua maioria, têm dificuldades e projetam seus próprios medos e complexos nos doentes, invertem-se papéis.

Doentes emocionais precisam de tempo, paciência e cuidado. Resistência ao tratamento resulta da doença e do próprio atendimento inadequado. Tais dificuldades são de ordem educacional e política; requer formação ampla

para a saúde; ações que ensinem cuidado e proteção, que formem agentes preparados para lidar com traumas e crises. É urgente desafiar a “frieza e a indiferença” do sistema econômico e político. O futuro é ameaçado pela indiferença sobre investimentos em saúde pública em meio ao lucro de poderosos grupos econômicos.

Ampliando a violência e suas mediações com o adoecimento mental, os ataques às escolas escancara o nível de desequilíbrio social. O primeiro ataque desse tipo registrado foi na escola Columbine, em 1999. O comportamento dos jovens agressores Eric e Dylan ao modo de personagens de jogos violentos chamou atenção: aprenderam na internet a manusear armas, trajavam-se como personagens em posições corporais estratégicas simulando ações de guerra.

Os ataques se intensificaram pelo mundo.

“ATAQUES EM CRECHES E ESCOLAS INFANTIS REPRESENTAM O MAIS ELEVADO GRAU DA VIOLÊNCIA SIMBÓLICA E FÍSICA. A ESCOLA É BEM DE VALOR SAGRADO, PROTEÇÃO VITAL, DO CULTIVO DO SER HUMANO, FORTALECE RAÍZES, TALHA O TRONCO DO CONHECIMENTO”

No Brasil, o caso Realengo, com características que imitam Columbine, e outros sucessivos. Ataques em creches e escolas infantis representam o mais elevado grau da violência simbólica e física. A escola é bem de valor sagrado, proteção vital, do cultivo do ser humano, fortalece raízes, talha o tronco do conhecimento. A escola infantil, na essência, cultiva a semente, cuida do broto, da origem vital e vulnerável do futuro. Bebês representam perpetuação de gerações, esperança à humanidade. O aniquilamento real de tal simbologia vital é a regressão social ao horror.

Neste, o medo metamorfoseia histeria coletiva e a vitória da morte pelos instintos agressivos, irracionais, primários. Historicamente, o que foi superado após a horda primitiva - o impulso primário, anterior às comunidades dos clãs onde a lei inicial socializava pelo totem -, retorna como “regressão da regressão”. Ataques às creches, não admite sequer a lei do mais forte. Tal comparação não resiste à discrepância do poder do agressor frente à vulnerabilidade da vítima.

Inconsciente, o agressor se projeta no objeto e o “canibaliza”, pelo instinto simbiótico, como objeto autodestrutivo, projeção social. Se a morte é a única alternativa ao agressor, isso retrata desesperança e fracasso da humanização. Cada vítima ou agressor tem uma história de vida até chegar a esse ponto. Reconhecer isso não é defender o agressor, é prevenção, é proteger futuras vítimas. Trabalho, cultura, educação, afeto e tecnologia compõem o caldeirão que aplaca a barbárie, o adoecimento, o sofrimento e a violência.

ATAQUES ÀS ESCOLAS: FRIEZA, TECNOLOGIA, VIOLÊNCIA E ADOECIMENTO MENTAL

Ataques nas escolas também são ancorados em algoritmos e big-datas. Enquanto autoridades rastreiam plataformas de jogos online de facções criminosas de tendências políticas conservadoras que incentivam crimes em escolas, misoginia, xenofobia, com derivações fascistas em meio a movimentação indescritível de criptomoeda, acontece o que Adorno, no século passado, alertou: uso da tecnologia por grupos fascistas, sujeitos narcisistas cuja racionalidade pragmática e fria nutre ódio pela escola, arte, cultura e tudo o que é do humano.

Com “táticas hitleristas”, movimentos como “Redpill” e suas derivações, no “lado sombrio” da internet - submundo do universo virtual -, arquitetam atrocidades “ao real” em plataformas de jogos virtuais com posturas: antiintelectualista, negacionista, narcisista terraplanista, machista, armamentista. São sujeitos favoráveis à pena de morte, contra direitos humanos, que menosprezam crianças e mulheres.

O feminino torna-se aversivo em uma sociedade patriarcal que prima pelo valor da força e premia a frieza. A sensibilidade - sentir, emocionar -, torna-se fraqueza. O primitivo poder da dominação torna o feminino desprezível; se concilia: sistema econômico; nazifascismo; barbárie; preconceito; narcisismo perverso; caráter manipulador; frieza; fake news; propaganda fascista; (de)formação cultural. O ódio pela diversidade denuncia a desumanização. Violências se sustentam em tecnologia avançada descontrolada.

Na educação, “há encantados e aterrorizados” com o “admirável mundo novo” tecnológico da Inteligência Artificial (IA). No caso do ChatGPT, docentes expressam admiração e horror. O GPT põe em questão a identidade do professor e seu saber. Não obstante, é natural o pânico em meio a tabus. Mas isso dificulta a reflexão crítica da realidade. Tal avaliação deveria passar por critérios (humanos): padrão de qualidade, essência, criatividade. Isso requer subjetividade.

A “pseudosubjetividade” do GPT em projeção reflete fragilidades humanas quanto ao próprio conhecimento. Não obstante, baseado em algoritmos de lógica linear, o GPT não se sustenta em termos qualitativos do ponto de vista da forma e do conteúdo. Isso retoma a “razão fria” da calculabilidade em sentido lógico-formal (HORKHEIMER e ADORNO, 1985). Afinal, não há criatividade ou originalidade no GPT.

Esse é o trunfo da humanidade: a subjetividade contra a frieza tecnológica. Nunca antes na história a solidariedade, o calor humano e a convivência foram tão importantes. Formação agrega razão, autorreflexão, consciência, amor. Sensibilidade é vantagem frente às máquinas. Mediada por educadores críticos e sensíveis, a educação tomará seu princípio humanista sine qua non para além de dados, de máquinas, contra o sofrimento, as desigualdades, em favor da justiça, democracia, saúde mental e bem comum. Contra a frieza: amor e humanização pelo trabalho. É agora ou nunca.



Denis Castilho
Geógrafo e professor do IESA/UFG

NOVO ENSINO MÉDIO: POR QUE É NECESSÁRIO REVOGAR?

No início de abril deste ano, o Ministério da Educação suspendeu por 60 dias a implementação do cronograma do Novo Ensino Médio (NEM). Nesse ínterim, um importante e intrincado debate em torno do significado dessa reforma para a educação brasileira tem sido retomado. Ainda em 2016, alertávamos sobre os interesses escusos que alimentaram a Medida Provisória 746, aquela que em fevereiro de 2017 foi convertida na Lei 13.415. Juntamente a um conjunto de colegas professores, tentamos de muitas formas contrapor à aprovação da referida Lei.

Criamos redes, fomos às ruas, organizamos debates, viajamos de forma voluntária, visitamos escolas. Enfim, nos mobilizamos. Uma frente ampla foi sendo montada em escala nacional. Contudo, antes que o apoio crescesse e representasse uma força que pudesse fazer frente aos articuladores da MP (notadamente instituições e fundações ligadas a bancos e acionistas bilionários do país), o autoritarismo da proposta passou feito trator. Perdemos.

Naquela ocasião, os convidados para participar da reforma foram representantes da Fundação Lemann, Instituto Unibanco, Fundação Itaú, Instituto Inspirare, Todos pela Educação, Instituto Natura e Instituto de Co-Responsabilidade pela Educação. Não é difícil elucidar os interesses que justificam a participação dessas fundações e grupos na reforma educacional do país. Do mesmo modo, fica patente o significado do NEM quando se sabe que estudiosos, especialistas em educação e a própria comunidade escolar brasileira, em sua imensa maioria, não foram ouvidos.

Para onde vai um ensino arquitetado a toque de caixa por representantes de setores rentistas que não conhecem o chão das escolas ao passo que em sua concepção é negada a participação daqueles que realmente vivenciam a realidade dessas instituições? Como é possível admitir uma reforma de grande impacto na educação brasileira sem que professores e estudantes sejam ouvidos? A Constituição de 1988 deixa clara a função de uma medida provisória. Ela é um instrumento que deve ser adotado somente em casos de urgência, o que é distinto de uma reforma que afeta todo o país de forma estrutural e que deveria ser elaborada com amplo processo de consulta, participação e representatividade.

O Novo Ensino Médio foi articulado por um movimento que tem como principal objetivo minar a formação ampla, baseada em princípios científicos bem estruturados e no sentido de tolher o pensamento crítico nas escolas. Não é preciso ir longe para entender que a educação defendida por esses grupos

“UM OUTRO PROJETO DE EDUCAÇÃO PODE (E DEVE) SER PENSADO, DISCUTIDO E ESTRUTURADO, MAS NÃO COMO FOI A MP 746, RAPIDAMENTE CONVERTIDA NA LEI 13.415 DE FORMA AUTORITÁRIA, SEM DEBATE E SEM REPRESENTATIVIDADE.”

é eminentemente uma educação antipovo e anticência, além de alargar ainda mais a desigualdade no acesso ao ensino superior.

Os defensores do NEM costumam utilizar como principal justificativa o fato dos itinerários formativos permitirem maior flexibilidade do currículo e escolha do estudante. Ocorre que os itinerários não serão necessariamente escolhidos. Serão contemplados conforme as condições da escola em ofertá-los. A premissa de escolha, especialmente em escolas públicas de bairros periféricos e de pequenas cidades, é uma ficção.

Diante do déficit histórico e estrutural de recursos humanos nessas instituições, não é difícil prever o cenário. A experiência em estados onde o NEM vem sendo implementado de forma acelerada, como em São Paulo, além de revelar isso, tem elevado o número de componentes curriculares e acentuado de forma desastrosa a sua fragmentação.

Além disso, a diluição de ciências estruturantes e que possuem rico arcabouço teórico-metodológico construído ao longo de séculos, aprofundará ainda mais os problemas atinentes à formação básica. Evidentemente, os consequentes danos epistemológicos trarão prejuízos nefastos não só ao processo de produção de conhecimentos, mas também ao próprio cerne do processo formativo.

A reforma impõe uma espécie de epistemicídio, no qual a escola vai se constituindo como espaço de negação de saberes. Por isso, é preciso reiterar que o NEM tende ampliar ainda mais a desigualdade educacional no país, além de empobrecer o processo formativo e de também guardar relação com tendências

que visam maior controle do trabalho docente. A proximidade entre essa reforma e movimentos como o Escola Sem Partido não é mera coincidência. Além disso, o fato de possibilitar a abertura para terceirizações e instrumentalizar as escolas em benefício de empresas privadas, revela um pano de fundo ameaçador aos direitos dos professores.

Embora esse debate esteja sendo retomado praticamente nos acréscimos de um difícil “jogo” – o que suscita, inclusive, muita reflexão sobre o modo como estudantes, professores e trabalhadores da educação em geral constroem o sentido das lutas, ainda é possível reverter o absurdo que representa o NEM. Assumir um posicionamento forte e enfático em torno de sua revogação é um passo indispensável. Na busca por conciliação e temendo o poder do setor financeiro, o Ministro da Educação e alas do governo tendem a propor revisões que, em essência, não alteram a reforma.

Por isso, é fundamental que o campo progressista tenha clarividência do que pode significar a opção por meios termos. A concessão aos imperativos do mercado rentista pode significar, a longo prazo, a rendição do próprio campo e especialmente da educação brasileira. Na esteira, as alterações na demanda por professores assim como a ampliação de processos de precarização do trabalho docente tendem a afetar frontalmente os já alcançados cursos de licenciaturas em todo o país.

Ao mesmo tempo, por mais que o governo e sua base reconheçam o perigo que um NEM (integral ou revisado) representa a longo prazo, é fundamental que tenham apoio efetivo de diversas frentes. A luta pela revogação, contudo, não significa anuência com o “antigo” Ensino Médio. Um outro projeto de educação pode (e deve) ser pensado, discutido e estruturado, mas não como foi a MP 746, rapidamente convertida na Lei 13.415 de forma autoritária, sem debate e sem representatividade.

A educação neste país é e não deixará de ser uma luta constante. Mas é preciso que aqueles que escolheram essa arena entendam este princípio. Se lograrmos a revogação, ainda haverá muito a ser feito.

Na continuidade dessa luta, é fundamental que professores, estudantes, cursos de licenciaturas de todo o país, trabalhadores da educação, sindicatos, associações e movimentos sociais de base se juntem. Todos temos um papel histórico inadiável. Ou entramos em campo ocupando espaços, chamando atenção, debatendo, dialogando, desmistificando de forma contundente o real significado do Novo Ensino Médio ou lamentavelmente seremos engolidos.



Contexto

Movimento Sindical, Articulação Docente, Conjuntura Política, Carreira, Jurídico, Cultura.

Por Flávio Silva

O mundo não gira, ele capota

Em dezembro de 2016, o então poderosíssimo juiz da Lava Jato, Sérgio Moro, ironizou as estratégias de defesa de Luiz Inácio Lula da Silva, apresentadas pelo advogado Cristiano Zanin. O deboche do ex-juiz chegou a ganhar destaque até mesmo no Jornal Nacional. Os mais entusiasmados previam que Moro se tornaria presidente da República.

De lá pra cá, muitas coisas mudaram. Moro abandonou a toga, virou ministro do governo Bolsonaro e de futuro presidente conseguiu apenas uma vaga no Senado. Zanin, por sua vez, acaba de ter o nome aprovado como novo ministro do Supremo Tribunal Federal (STF), vaga que o próprio Moro sonhava até romper com o ex-presidente Bolsonaro.

Na sabatina de Zanin no Senado, Moro tentou atacá-lo com uma notícia falsa, mas acabou desmoralizado. Zanin foi aprovado por 58 votos a 18. Mesmo assim, o ex-juiz da Lava Jato pediu a palavra e, no púlpito do Senado, tentou desqualificar o novo ministro do STF. Coube ao senador Fabiano Contarato (PT-ES) enterrar o discurso de Moro. Em alto e bom som, disse que “grave é ver um ex-juiz sair da magistratura para participar de um governo que ajudou a eleger”.

Mesa setorial

A Proifes-Federação pediu ao secretário de Gestão de Pessoas do Ministério da Gestão e Inovação

(MGI), José Celso Cardoso Júnior, a abertura imediata da mesa setorial de negociação. O objetivo da solicitação é fazer com que as demandas da categoria docente sejam discutidas de forma específica. Dessa forma, será possível que as entidades que representam a categoria se dediquem a assuntos, como recepção, debate e negociação de reivindicações.

Desmembramento

A Universidade Federal de Catalão (UFCAT) iniciou o processo de desmembramento efetivo de seus servidores em relação à UFG. Trata-se da migração dos servidores, até então vinculados à UFG, no Sistema Integrado de Administração de Pessoal (SIAPE). Com isso, os dados funcionais de 468 servidores passarão a figurar nos sistemas estruturantes do Governo Federal devidamente vinculados à UFCAT.

UFJ nos bairros

A Universidade Federal de Jataí lançou, neste mês de junho, o programa de extensão “UFJ nos Bairros”, que visa a integração entre os diversos projetos da instituição para promover uma ação mais sólida. A ideia é identificar os problemas enfrentados pela população do município e, assim, desenvolver ações em prol da melhoria da qualidade de vida da comunidade jataiense. Um bom exemplo!

Necessário

A aprovação da medida que vai garantir a pessoas indígenas cotas de ao menos 3% das vagas oferecidas em concursos públicos para contratação de novos juizes deve ser celebrada. A medida – confirmada por unanimidade pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ) –, é uma conquista histórica para a população brasileira. Vale ressaltar que a decisão é obrigatória para todos os tribunais e deve ser implantada de forma definitiva em até dois meses.

Blindagem

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) montou uma operação política para tentar salvar o Ministério da Saúde dos anseios do Centrão. É que aliados do presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), passaram a requerer o comando da pasta como moeda de troca pelo apoio a Lula no Congresso. Lula escalou o ministro das Relações Institucionais, Alexandre Padilha, para costurar um acordo junto ao grupo de Lira.

Até quando?

A sede do grupo de Lira tem como principal motivo o orçamento da Saúde. Afinal, trata-se da terceira pasta com mais dinheiro para ser empenhado em despesas: R\$ 181,6 bilhões em 2023. Vale lembrar que, atualmente, o ministério é comandado por Nísia Trindade, que não é filiada a nenhum partido político e ocupa a pasta por critérios técnicos.

Resta saber quando o País se verá livre das práticas nada republicanas do Centrão em busca de poder.

Vulnerabilidade sanitária

Uma pesquisa realizada pelo Instituto de Patologia Tropical e Saúde Pública da UFG avaliou a qualidade da água de 23 comunidades rurais de Goiás que recorrem às fontes superficiais e subterrâneas para o consumo de água, como poços e cisternas. O resultado do estudo é preocupante, uma vez que foi constatada a contaminação fecal das amostras com 30% de incursão viral vinculada a doenças gastrointestinais e diarreias, dos quais 20% são de rotavírus, 9,4% de adenovírus humano e 4,4% de enterovírus.

Histórico

O Projeto de Lei nº 1085/2023, que busca garantir a igualdade salarial entre homens e mulheres que exercem a mesma função, já foi aprovado pelo Senado e aguarda sanção do presidente Lula. O projeto foi encaminhado para o Congresso em 8 de março e faz parte do pacote de ações do Governo Federal na valorização das mulheres brasileiras. O texto prevê multa de 10 vezes o maior salário pago pela empresa em caso de descumprimento da igualdade salarial.

Transfobia Mata

Goiânia sediou a 28ª Parada do Orgulho LGBTQIAPN+. A mobilização reuniu milhares de pessoas pelas principais avenidas do Centro da Capital. A edição deste ano teve como tema “Transfobia Mata: Acolher, Proteger e Respeitar”. Um dos principais objetivos foi destacar a importância de políticas públicas que possam garantir empregabilidade, combatam a violência e apoiem a luta pelos direitos da comunidade LGBTQIAPN+.

Curiosidade

Em 1996, Goiânia foi a segunda cidade brasileira a receber a Parada LGBTQIAPN+. Na época, a mobilização contou com apenas nove militantes, que fizeram história. Ao longo dos anos, o evento foi crescendo na capital goiana. As últimas edições chegaram a reunir 100 mil pessoas. A primeira cidade a realizar o evento foi o Rio de Janeiro, em 1995.



Foto: Nilma Ayumi

Adufo-Sindicato marcou presença na 28ª Parada LGBTQIAPN+, em Goiânia

DESIGUALDADE ENTRE BRANCOS E NEGROS CRESCE NO ENSINO SUPERIOR, MAS UFG NÃO REFLETE TAL REALIDADE

SECRETÁRIA DE INCLUSÃO DA INSTITUIÇÃO, PROFESSORA LUCIANA DIAS REFORÇA QUE O QUADRO DISCENTE VEM SE PLURALIZANDO AO LONGO DOS ANOS

Vinícius Braga

A desigualdade de acesso ao ensino superior voltou a crescer entre brancos e negros. É o que mostra a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (Pnad Contínua), divulgada no último mês pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Essa é a primeira vez, desde 2016, quando começou a série histórica, que a proporção de universitários pretos e pardos caiu em relação aos brancos.

Apesar de o IBGE ter divulgado, em 2022, que o número da população preta e parda cresceu no Brasil e atingiu 56,1%, eles ocupam apenas 48,3% das vagas universitárias, somando as instituições públicas e privadas. Desde 2016, essa proporção vinha crescendo de forma lenta. Depois de três anos sem a PNAD Educação, por conta da pandemia, o dado de 2022 mostrou queda para 48,3%.

A Universidade Federal de Goiás (UFG), por sua vez, não reflete tal realidade. Em entrevista ao *Jornal do Professor*, a secretária de inclusão da instituição, professora Luciana Dias, com base em estudo em andamento, destaca que não houve queda nos últimos anos de ingressantes pretos e pardos. Graças às políticas de ações afirmativas, a UFG tem mudado o seu quadro discente, tornando-o mais plural e representativo. Contudo, ela destaca que ainda há muito a avançar.

Jornal do Professor: A senhora percebe essa realidade na UFG? Houve uma queda ou aumento nos últimos anos?

Luciana Dias: A Secretaria de Inclusão da UFG, por meio da Diretoria de Ações Afirmativas, está fazendo um estudo com dados produzidos a partir do Análise UFG e nós conseguimos construir uma série histórica que abrange desde 2009 até 2023. O que pode ser observado preliminarmente é que há um aumento dos ingressantes pretos e pardos. Porém, especificamente no ano de 2020, houve uma redução e, no ano de 2021, uma redução ainda maior de pretos e pardos ingressando na universidade.

Com o fim da pandemia, nós observamos novamente uma elevação. Em 2022, que é o primeiro ano de subida, a gente já equipara o número de pardos ao ano de 2019, que é o ano anterior à pandemia. No ano de 2023, pode ser observada também uma presença maior. Portanto, se desconsiderarmos os dois anos de pandemia, como feito na pesquisa divulgada pelo IBGE, é possível afirmar que a UFG tem experimentado um aumento constante de ingressos de pretos e pardos.

Eu gostaria de chamar a atenção para um dado muito importante e que aconteceu no ano de 2022. No estudo em desenvolvimento, separamos pretos e pardos. E 2022 foi o ano que recebeu o maior número de pretos na universidade, que é aquela pessoa negra de pele mais retinta. Recebemos o dobro de 2021 e esse número alto se mantém em 2023. Então, em 2022 e 2023, a quantidade de pretos ingressando na universidade aumentou consideravelmente. É quase o dobro do observado nos anos anteriores.

Foto: Arquivo pessoal



“A universidade, desde muito antes de o Brasil ter uma Lei de Cotas, já adota ações e políticas de inclusão e ações afirmativas visando diminuir as disparidades”

Como a UFG atua para diminuir as disparidades raciais dentro da instituição?

Luciana Dias: A UFG tem um histórico de inclusão. A instituição tem uma sensibilidade e atuação históricas na promoção da inclusão de segmentos que são sócio-historicamente discriminados na sociedade. A universidade, desde muito antes de o Brasil ter uma Lei de Cotas, já adota ações e políticas de inclusão e ações afirmativas visando diminuir as disparidades, inclusive de cunho racial, que criam desigualdades, impedindo negros, mas também indígenas, de ingressarem na universidade.

Eu entendo que UFG tem, além de um pioneirismo na adoção de políticas públicas de inclusão e de ações afirmativas para pessoas negras, indígenas e quilombolas tem se apresentado, em um contexto nacional, como referência de universidade que tem se empenhado em executar políticas afro-reparatórias, políticas reparadoras de processos de discriminação sofridos por segmentos excluídos, discriminados e marginalizados.

Eu gosto muito de dar o exemplo do próprio UFGInclui, criado antes da Lei de Cotas, de 2012. Lá em 2008, o UFGInclui é criado e é proposta uma política de ações afirmativas que vem se aprimorando ano após ano, com a universidade sempre muito sensível e muito atenta para a promoção da inclusão de pessoas pertencentes a segmentos discriminados na sociedade como um todo.

Qual sua expectativa para os próximos anos em relação à questão? É otimista?

Luciana Dias: Estou bastante otimista com relação à política de ações afirmativas e de cotas raciais na UFG. Eu considero que há experiências muito bem-sucedidas. É importante reconhecer que há resistências à aplicação dessas políticas mesmo dentro da universidade. Há docentes e gestores contrários às políticas de ações afirmativas. Ainda assim, o

movimento que eu observo é de êxito na aplicação dessas políticas. Isto porque há também sensibilidade, atenção e agência da gestão da universidade na efetivação dessas ações e políticas.

É possível esta verificação a partir de uma mudança estética na universidade. Basta um olhar atento sobre o corpo estudantil para verificar que há uma maior diversidade étnico-racial. Hoje, tornou-se mais comum observar a presença de pessoas negras, indígenas e quilombolas fazendo cursos de graduação na universidade. Então, vejo com muito entusiasmo a aplicação das cotas e das políticas de inclusão e das ações afirmativas na universidade. O ambiente universitário tem se tornado cada vez mais plural e representativo da diversidade que compõe a sociedade brasileira.

Porém, ainda há muito a avançar. A gente verifica o avanço no corpo discente, mas quando olhamos para o quadro docente notamos que esse avanço é muito lento. Ele está acontecendo de maneira muito tímida. Quando a gente olha para os servidores, especialmente para os docentes da universidade, ainda há um quadro com uma presença racial muito branca. É muito homogêneo e concentrado no segmento branco com relação à diversidade racial da sociedade brasileira. Nós temos na UFG, ainda neste ano de 2023, um corpo docente muito branco.

A Secretaria de Inclusão compõe grupos de trabalho e estamos pensando, em nível nacional, em parceria com outras instituições de ensino superior federais do Brasil em formas de tornar mais plural e mais representativo o corpo docente. Nós precisamos de um corpo docente mais plural étnico-racialmente.

Esse grupo de trabalho, liderado pela Secretaria de Inclusão, está buscando atuar em duas frentes. A primeira delas é verificando a possibilidade concreta de criação de uma nova Lei de Cotas no serviço público, nos concursos públicos, já que a lei de 2014 será extinta em 2024. Precisamos da publicação de uma nova lei, porque, passados 10 anos, as instituições de ensino superior não conseguiram aplicar a Lei de Cotas no concurso público para enegrecer o quadro docente. Uma outra frente de trabalho é pensar na possibilidade concreta de criação de resoluções internas às universidades, prevendo cotas nos concursos para a universidade.

A Universidade de São Paulo (USP), por exemplo, que é estadual, é a primeira instituição no país que, neste ano de 2023, aprovou uma resolução no seu conselho superior universitário prevendo cotas para negros e indígenas no ingresso de docentes. Isso é um avanço fantástico e, no grupo de trabalho da Secretaria de Inclusão, a gente está estudando a possibilidade de criação de resoluções parecidas com essa para as universidades federais.

Acredito que a gente vai conseguir avançar nos próximos anos no alcance dessa meta, que é tornar a universidade mais equânime e mais representativa da diversidade étnico-racial que compõe a sociedade brasileira como um todo.

UFJ CONTA COM LABORATÓRIO QUE OFERECE INCLUSÃO PARA PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

NO LOCAL, ESTUDANTES RECEBEM ATENDIMENTO PERSONALIZADO E INDIVIDUALIZADO, SEGUNDO SUAS NECESSIDADES ESPECÍFICAS

Gracielly Porto
(estagiária sob supervisão)

Com o objetivo de garantir a inclusão e o acesso pleno de pessoas com deficiência no ensino superior, a Universidade Federal de Jataí (UFJ) oferece um atendimento especializado no âmbito da acessibilidade informacional, por meio do uso e empréstimo de material bibliográfico acessível e tecnologias assistivas, adaptações de materiais, capacitações e ambiente para estudo. Trata-se do Laboratório de Acessibilidade Informacional (LAI), inaugurado em outubro de 2019, localizado na Biblioteca Flor-do-Cerrado, no Campus Jatobá da UFJ. O espaço atende toda comunidade acadêmica, de segunda a sexta-feira, das 7h15 às 21 horas.

“O laboratório tem uma extrema importância. Ele possibilita que parte do processo de acessibilidade e inclusão seja construída de uma maneira mais efetiva para pessoas com deficiência e neurodiversidade, por meio da disponibilidade de diferentes ferramentas especializadas, fazendo com que essas pessoas tenham sua trajetória no ensino superior garantida de forma positiva”, explica o diretor de Ensino na Pró-Reitoria de Graduação, Rafael Siqueira.

Os estudantes que fazem parte do LAI são encaminhados conforme a demanda repassada por meio da Coordenação de Ações Pedagógicas Especiais (CAPE) ou por meio das coordenações de cursos. De acordo com a bibliotecária e coordenadora do laboratório, Eliane Vanessa, os alunos recebem um atendimento personalizado e individualizado, segundo suas necessidades específicas. “É realizado atendimento de forma presencial ou on-line, verificando sua real necessidade.



Foto: Comunicação UFJCAT

Laboratório de Acessibilidade Informacional (LAI) atende toda comunidade acadêmica, de segunda a sexta-feira, das 7h15 às 21 horas

Posteriormente, verificamos de que maneira podemos auxiliá-los da melhor forma possível”, ressalta.

Ela conta que o local disponibiliza vários equipamentos para empréstimo e uso no local. Os materiais para empréstimo são: gravador de voz, linha Braille, lupa digital, máquina Braille, tocador portátil de audiolivros eletrônicos e notebooks adaptados. Já os materiais para uso local são: impressora alto-relevo, impressora Braille, scanner fotográfico com voz, óculos OrCam (óculos com digitalizador de imagem equipado com sintetizador de voz) e mesas ajustáveis para estudo.

Mesmo com toda estrutura oferecida pela UFJ, Rafael Siqueira aponta que ainda

enfrenta barreiras atitudinais. “A ausência da cultura inclusiva é uma dificuldade ainda dentro das universidades para acolher pessoas com deficiência. E quando falo dessa ausência, abrange todo mundo que faz parte da comunidade acadêmica, seja da questão de segurança, do pórtico que recebe esses alunos e que se estende para as relações entre colegas e professores”.

Porém, ele se mostra confiante para o futuro da universidade. “Com as políticas de acessibilidade e inclusão, almejamos estabelecer uma cultura inclusiva de acolher essas pessoas, rompendo as barreiras atitudinais e, dessa forma, criando um ambiente mais favorável para todos”, finaliza.

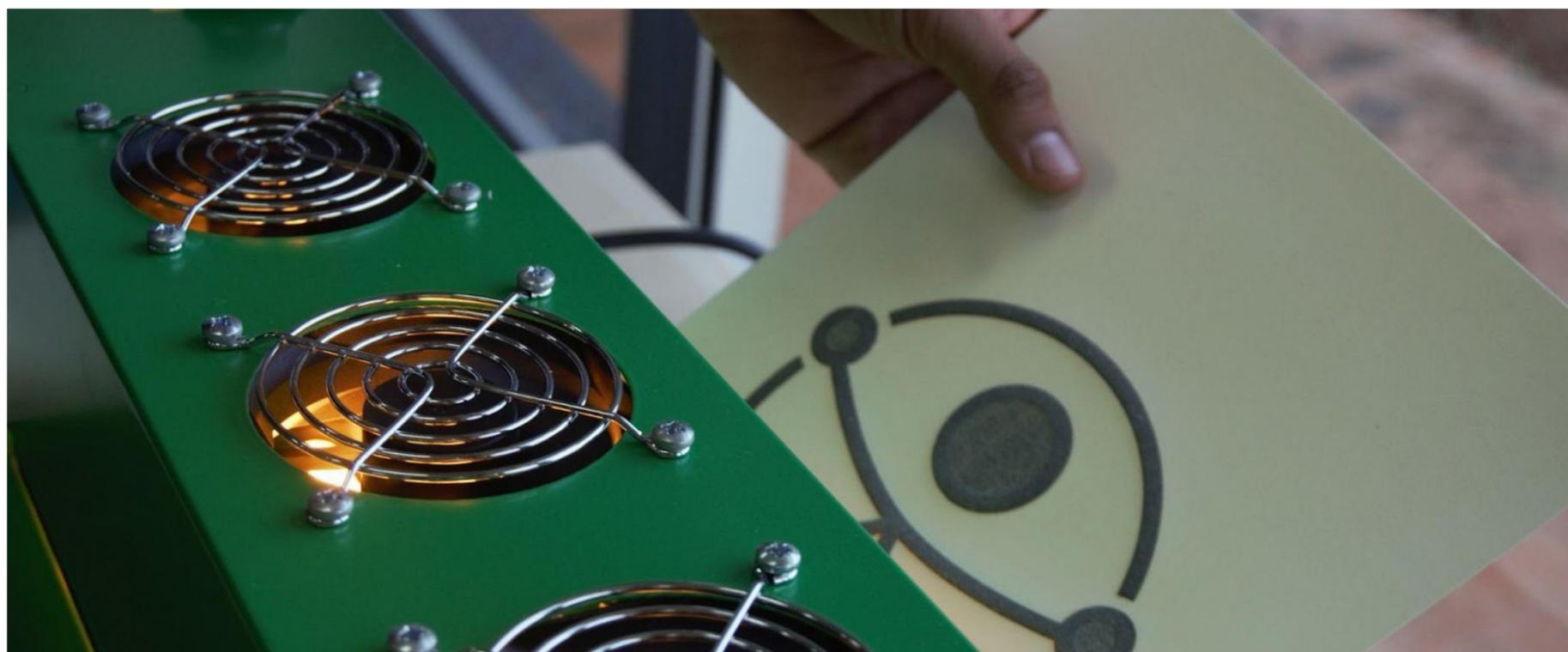


Foto: Comunicação UFJCAT

Entre os equipamentos disponibilizados no local, está a impressora alto-relevo, que auxilia pessoas com deficiência visual

RECOMPOSIÇÃO GARANTE FÔLEGO, MAS ESTÁ AQUÉM DO NECESSÁRIO

GESTORES DA UFG, UFJ E UFCAT RECONHECEM A IMPORTÂNCIA DO VALOR REPASSADO PELO GOVERNO FEDERAL, MAS APONTAM QUE PROBLEMAS PERSISTEM

Vinicius Braga

Depois de sucessivos cortes orçamentários na educação e na ciência feitos nos últimos anos, o anúncio de R\$ 2,44 bilhões pelo atual Governo Federal para a recomposição do orçamento das universidades e institutos federais representa uma esperança para que os gestores consigam planejar ações. Em Goiás, as universidades federais já definiram suas urgências para a aplicação do valor repassado, mas destacam que o incremento não resolve os inúmeros problemas que ainda persistem.

O valor mais alto investido no Estado é na Universidade Federal de Goiás (UFG). A Lei Orçamentária Anual (LOA) de 2023 havia disponibilizado para a instituição R\$ 97,3 milhões. Com o investimento extra de R\$ 27,9 milhões, vindos da recomposição orçamentária, esse montante subiu para R\$ 125,2 milhões.

De acordo com o pró-reitor de Administração e Finanças da UFG, Robson Maia, o recurso vai conseguir quitar a dívida que ficou no ano passado com as empresas prestadoras de serviço, um valor entre R\$ 11 e R\$ 12 milhões, e o restante investido em manutenção.

“Boa parte dos contratos estavam com até três meses de atraso no pagamento, limite de tempo permitido pelos con-

tratos. Resolver essa questão é muito importante para garantirmos a estabilidade nas relações contratuais. Além disso, já é possível atender a demandas fundamentais, como o ajuste das bolsas e a contratação de serviços essenciais, que o orçamento não permitia arcar, como serviços de manutenção de rede elétrica, geradores e extintores”, reforça.

O pró-reitor explica que o Ministério da Educação (MEC) usou como parâmetro para distribuição a dotação inicial da LOA – 2019, sem emendas parlamentares, acrescida de 4,3% para as despesas discricionárias. Assim, o orçamento da UFG que, em 2019, foi de R\$ 120.066.861,00 (somatório de todas as fontes discricionárias, incluindo receita própria) será de 125.229.736,00, em 2023. “Não obtivemos a recomposição necessária, considerando o impacto inflacionário do período, mas trata-se de um importante passo para a regularização do funcionamento da UFG”, acrescenta.

UFJ

Já a Universidade Federal de Jataí (UFJ) receberá R\$ 3,2 milhões. A LOA de 2023 havia disponibilizado para a instituição R\$ 14,5 milhões. Com a recompo-

sição, esse montante subiu para R\$ 17,7 milhões. “Daqui até o fim do ano, teremos que lutar por mais R\$ 3,3 milhões para eliminar o déficit orçamentário de 6,5 milhões em 2023”, afirma o reitor da UFJ, Américo Nunes.

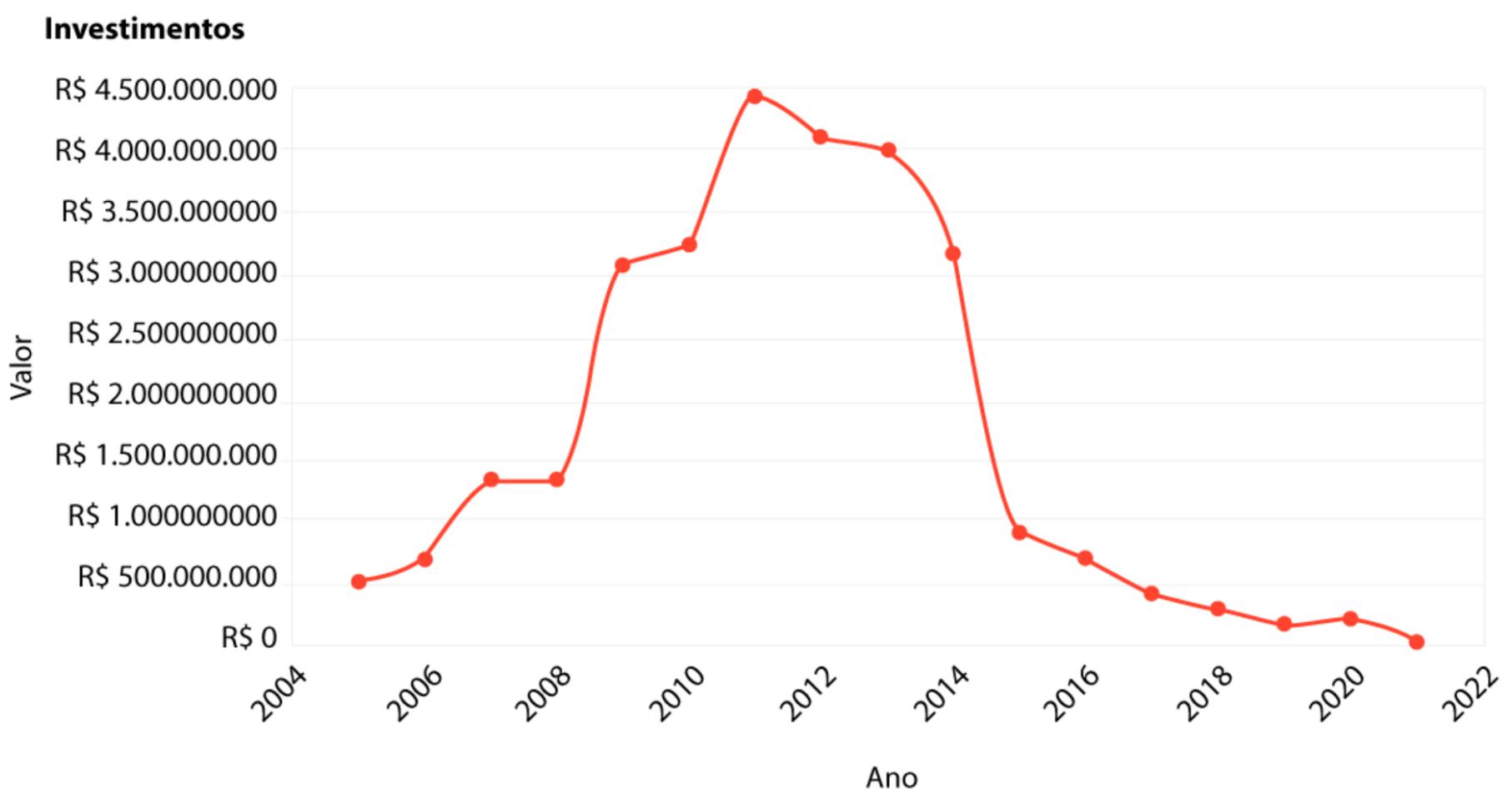
Ele pontua que foi algo positivo, mas aquém da realidade, já que o recurso discricionário dá para pagar as despesas até setembro. Entre as prioridades da instituição, estão: corrigir as bolsas custeadas pela UFJ para ficarem isonômicas com as bolsas da Capes e CNPq; priorizar a quitação dos contratos que envolvem pessoas, por exemplo os terceirizados; e investir na assistência e permanência estudantil.

“Um detalhe que é preciso destacar: dos R\$ 3,2 milhões enviado para UFJ, R\$ 2,2 milhões são para custeio e R\$ 1 milhão para capital (término de obras). Porém, infelizmente, vou ter que pedir autorização ao MEC para transformar o recurso de capital em custeio. Estamos esperançosos de que o governo federal enviará mais recursos discricionários para terminarmos o ano de 2023”, diz Américo.

UFCAT

A Universidade Federal de Catalão (UFCAT) terá recomposição de R\$ 1,5 mi-

Investimentos nas Universidades Federais



Fonte: Censo da Educação Superior do Ministério da Educação (MEC) e do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP)



Robson Maia, pró-reitor de Administração e Finanças da UFG:

“Não obtivemos a recomposição necessária, considerando o impacto inflacionário do período, mas trata-se de um importante passo”



Roselma Lucchese, reitora da UFCAT:

“A recomposição de 10% está abaixo da média recebida pelas 69 universidades federais do Brasil, que foi de 25%”



Américo Nunes, reitor da UFJ:

“Daqui até o fim do ano, teremos que lutar por mais R\$ 3,3 milhões para eliminar o déficit orçamentário de 6,5 milhões em 2023”

Fotos: Arquivo Pessoal

lhão. O total para 2023 (extra mais LOA), chega aos R\$ 16,8 milhões. “Esse valor é necessário para se ter um recurso mínimo para o funcionamento básico da universidade. Vale lembrar que ele não é um adicional à LOA. É uma recomposição das perdas que tivemos de 2022 para 2023. Ela vai ser utilizada inicialmente para as despesas discricionárias, bolsas, pagamento de terceirizados, água, luz e uma pequena parte para a compra de equipamentos”, informa a reitora da instituição, Roselma Lucchese.

Porém, ela destaca que o repasse está abaixo da média recebida pelas 69 universidades federais do Brasil, que foi de 25%. “Não fomos atendidos a contento pela metodologia adotada pelo MEC. Tivemos uma recomposição menor que 10% e isso não nos dá condição plena de funcionamento. Não temos orçamento suficiente para arcar com todos os gastos”, assinala a reitora.

A urgência, segundo a reitora, é a implantação, de fato, da instituição, que foi “desmembrada” da UFG em março de 2018, após sanção presidencial da Lei nº 13.634. “Desde a criação, sofremos com

a ausência de um projeto de implantação que subsidiasse, por exemplo, estrutura física, compra de equipamentos, investimento em tecnologia, ampliação à assistência estudantil. Enfim, não houve a criação desse projeto por parte do MEC, a exemplo do que houve com todas as demais universidades criadas nos últimos 15 anos”.

Expectativas

Com um cenário mais controlado do que nos últimos anos e um ganho de fôlego, as especulações em relação à LOA de 2024 já iniciaram e as instituições já se mobilizam para garantir um fortalecimento maior no próximo ano.

Robson Maia afirma que a UFG já discute o orçamento de 2024. “Ele deve ser construído como Projeto de Lei Orçamentária no mais tardar até julho. São novos tempos e o diálogo com a Secretaria de Educação Superior do MEC, por intermédio da Diretoria de Desenvolvimento da Rede de Instituições Federais de Educação Superior, está bastante aberto. Os sinais são de bons resultados para o próximo ano. Ainda não é possível estimar valores,

mas haverá, no mínimo, a correção da inflação. Também há previsão de recursos adicionais para investimento em obras, reformas e equipamentos”.

O mesmo otimismo demonstra o reitor da UFJ, já que, de acordo com ele, o atual Governo está mais aberto ao diálogo. Para a reitora da UFCAT, há muito o que ser feito. “Que nós consigamos trabalhar, junto com o Ministério do Planejamento e o MEC, um projeto de implantação para a UFCAT e para as demais cinco supernovas universidades criadas em 2018. É necessário ter um aporte financeiro no Plano Plurianual para que sejamos, de fato, implementados”.

Além do projeto de implantação, Roselma pontua a necessidade de liberação de mais servidores (docentes e técnicos administrativos) para a instituição, especialmente para o curso de Medicina da UFCAT, que possui o quadro aquém do necessário. “Tínhamos pactuado para a implantação do curso, 60 vagas de professores e 31 de técnicos. Porém, tivemos a liberação de apenas 20 docentes e 15 técnicos. O MEC nos deve o restante para consolidação do curso na nossa instituição”.

SEDE CAMPESTRE DO ADUFG: PATRIMÔNIO AMBIENTAL, HISTÓRICO E CULTURAL

LOCAL TORNOU-SE A PRIMEIRA RESERVA PARTICULAR DO PATRIMÔNIO NATURAL (RPPN) DOCUMENTADA NO ESTADO DE GOIÁS

Lígia Saba

A Sede Campestre do Sindicato dos Docentes das Universidades Federais de Goiás (Adufg-Sindicato) tornou-se a primeira Reserva Particular do Patrimônio Natural (RPPN) documentada no estado de Goiás. O título veio após a aprovação do Plano de Manejo da Reserva Particular pelo Governo de Goiás, por meio da Secretaria de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável.

O Plano de Manejo consiste em um documento de zoneamento que define as diretrizes de uso da unidade de conservação ambiental. Sua aprovação é importante para fortalecer a proteção dos recursos naturais e hídricos, bem como facilitar o desenvolvimento de pesquisas científicas na região. O material foi elaborado por professores e estudantes da Universidade Federal de Goiás (UFG), que realizaram uma série de estudos no território, localizado em Hidrolândia, a aproximadamente 30 quilômetros de Goiânia.

Um dos professores responsáveis pelo projeto, o biólogo Carlos Bianchi, fala sobre a importância da elaboração do Plano de Manejo em áreas de Reserva. “Nossa ideia é realizar uma avaliação do local e propor quais áreas serão enquadradas, divididas em categorias. Assim, é possível ter a reserva funcionando e exercendo seu papel de preservação do ambiente, do Cerrado e das matas que estão na região”, explica.

Ainda segundo o docente, com a elaboração do Plano de Manejo, é possível estabelecer quais áreas podem ser utilizadas pelo público e quais precisam de maior restrição



Foto: Nilma Avumi

Aprovação do Plano de Manejo é importante para fortalecer a proteção dos recursos naturais e hídricos, bem como facilitar o desenvolvimento de pesquisas científicas na região

por abrigarem espécies importantes para a fauna e flora. “Quando você cria uma unidade de conservação, a ideia é que a biodiversidade que existe ali dentro seja preservada. Para isso, é necessário adotar medidas que auxiliem nesse processo de preservação”, acrescenta Carlos.

A transformação da área em Reserva Particular do Patrimônio Natural foi aprovada em assembleia realizada em junho de 2017. Desde então, a medida tem colaborado para prevenir o desmatamento, fazendo com que o local se torne ainda mais valioso em termos de patrimônio ambiental, histórico e cultural.

Santuário da fauna e da flora

Para o diretor administrativo do Adufg-Sindicato, professor Flávio Silva, a Sede Campestre é o maior patrimônio dos sindicalizados. “Com a aprovação do Plano de Manejo da Sede Campestre, nosso próximo passo é garantir a implementação de tudo que foi relatado no documento. Os professores poderão desfrutar, tanto agora quanto no futuro, de um parque bem conservado e estruturado. Todo o nosso trabalho foi feito para garantir que o parque da Sede Campestre seja definitivo e possa atender as gerações futuras”, ressalta o professor.

O espaço se transformou em um santuário da fauna e da flora goiana, que possui abertura para a prática de ecoturismo, além de ser um importante e rico espaço para futuras pesquisas. “A reserva da Sede Campestre representa uma oportunidade única para que seja promovido o envolvimento de alunos da universidade em trabalhos de campo. A área tem um potencial enorme para sediar futuras pesquisas devido principalmente a sua enorme biodiversidade”, finaliza Carlos Bianchi.

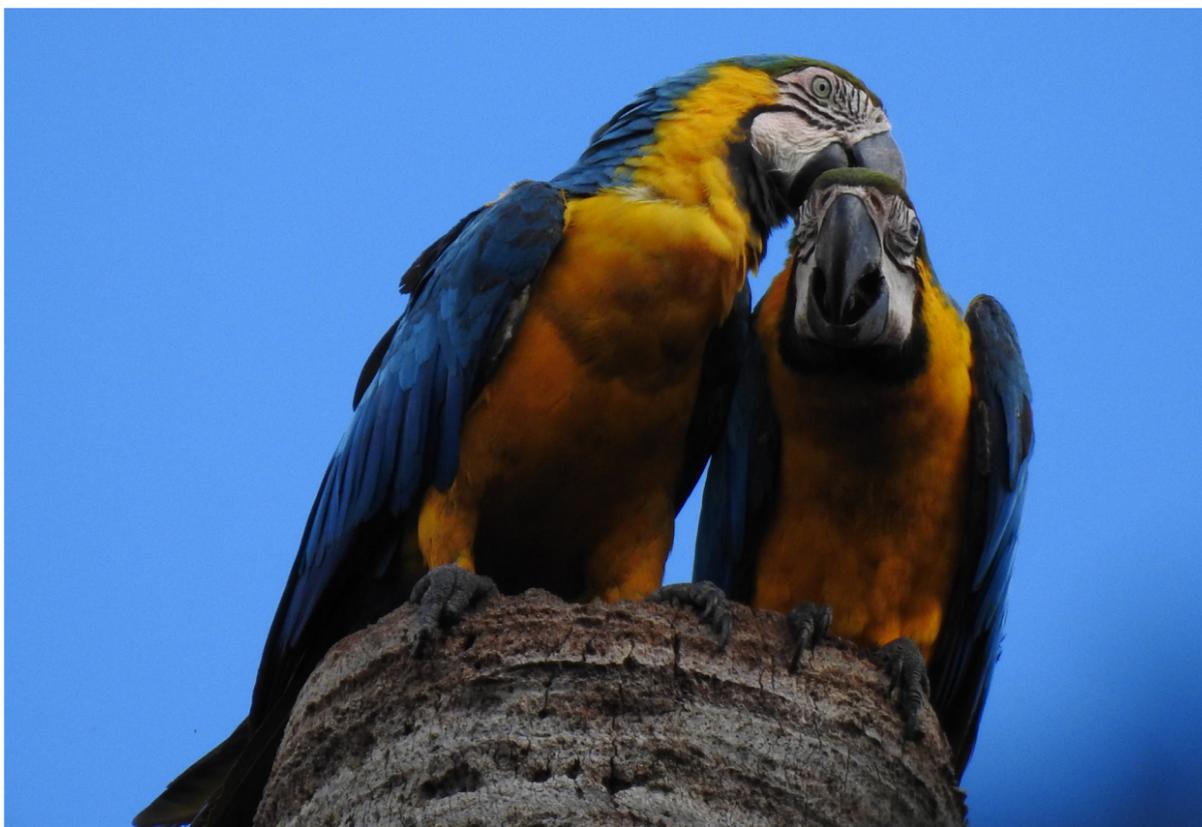


Foto: Arquivo Pessoal/João Marcelo

Pesquisadores registraram cerca de 76 espécies arbóreas, 18 de mamíferos, 131 de aves e 16 de anfíbios

PROJETO DA UFG IDENTIFICA CONDIÇÕES DAS NASCENTES DA REGIÃO METROPOLITANA DE GOIÂNIA

OBJETIVO DO “CAÇADORES DE NASCENTES” É GARANTIR O REGISTRO, PRESERVAÇÃO E FISCALIZAÇÃO DE MANANCIAS INVISIBILIZADOS EM ÁREAS URBANAS

Lígia Saba

Foto: Erik Ely



Idealizador do projeto, professor Romualdo Pessoa, e atual coordenadora, professora Karla Faria, destacam a importância da iniciativa na preservação dos recursos hídricos em áreas urbanas

A falta de proteção às nascentes dos cursos hídricos na capital goiana revela o descuido das políticas públicas. Segundo dados do Sistema de Informações Geográficas de Goiânia (SIGGO), ao menos 20 nascentes estão em risco e não possuem condições que garantam sua manutenção. Com o objetivo de mapear e identificar a situação dos mananciais na capital e da região metropolitana, vem sendo desenvolvido na Universidade Federal de Goiás (UFG) o projeto de extensão “Caçadores de Nascentes”.

Idealizado pelo professor do Instituto de Estudos Socioambientais da UFG (IESA) Romualdo Pessoa, que também integra a diretoria do Sindicato dos Docentes das Universidades Federais de Goiás (Adufg-Sindicato) como diretor financeiro, o projeto surgiu a partir da necessidade de identificar o local e a situação em que se encontram as nascentes dos rios que percorrem a região metropolitana de Goiânia. Com a participação de docentes e estudantes, o objetivo é ajudar a garantir a preservação dos recursos hídricos em áreas urbanas.

“Em diversas áreas da cidade existem nascentes que, em muitos casos, estão malcuidadas. Então, é muito importante que a gente levante essa discussão não apenas dentro da universidade, porque nesse ambiente nós já temos uma série de estudos sobre isso, mas nós precisamos levar esse conhecimento para a comunidade”, ressalta o professor.

A negligência das políticas públicas em relação aos alertas emitidos acerca da situação dos mananciais goianos preocupa especialistas. Nesse sentido, Romualdo Pessoa explica a importância do desenvolvimento de atividades - como as propostas pelo “Ca-

çadores de Nascentes”- que visem recuperar nascentes e proteger mananciais, a partir da identificação, preservação e fiscalização de áreas invisibilizadas.

Parcerias

O projeto funciona por meio de parcerias com a comunidade local, escolas, instituições públicas e organizações não governamentais. Professores e estudantes vão a campo em busca de nascentes. Uma vez identificadas, tem início o processo de estabelecimento das condições do manancial. Em seguida, são elaborados relatórios e planos de trabalho utilizados para cobrar os órgãos públicos sobre ações de recuperação, proteção e fiscalização.

Estabelecer novos laços de colaboração tem sido uma das prioridades dos coordenadores. “Eu, agora membro da diretoria

do Adufg-Sindicato, estou tentando buscar novas parcerias com a entidade. A participação do sindicato em questões relacionadas ao meio ambiente não é nova. Eu estou trabalhando para recuperar um Grupo de Trabalho sobre meio ambiente, que já existiu e foi responsável por trabalhos importantes de reflorestamento”, conta Romualdo.

A coordenadora do programa, professora do IESA Karla Faria, que também é a responsável pelo Plano de Manejo da Reserva Particular do Patrimônio Natural (RPPN) da Sede Campestre da Adufg-Sindicato, já realizava outros trabalhos relacionados à temática de impactos ambientais. “O objeto de trabalho do Caçadores de Nascentes, enquanto uma atividade de extensão, é muito positivo dentro do ambiente da universidade e com retorno para a comunidade. O projeto permite, junto aos alunos, realizar o reconhecimento de áreas muitas vezes invisibilizadas pela atividade urbana”, explica a docente.

A atual situação das nascentes desperta preocupação em relação às condições dos córregos, rios e ribeirões que abastecem a região metropolitana. Dentre as principais razões que explicam tal situação estão ocupações urbanas indevidas em áreas de preservação ambiental, agravadas pela derubada da mata ciliar e pelo uso da água de maneira indiscriminada para abastecer cultivos. “Nossas intervenções ambientais vão precisar cada vez mais de um contato maior com a comunidade. As nascentes não estão no nosso ambiente de conforto. Elas estão espalhadas pela cidade, podendo conviver de forma harmoniosa, ou não, com a comunidade do entorno. Então, o projeto faz uma ponte entre a universidade e a população por meio de associações de bairro e, principalmente, escolas”, finaliza Karla Faria.



Foto: Acervo Pessoal

Nascente do Córrego Tamanduá, em Aparecida de Goiânia: uma das áreas mapeadas pelo projeto de extensão

APÓS A APOSENTADORIA, PROFESSORES SE REINVENTAM E SE DEDICAM A NOVAS ATIVIDADES

DESENVOLVER NOVOS HOBBIES É UMA MANEIRA DE MANTER A SAÚDE MENTAL APÓS O FIM DA CARREIRA PROFISSIONAL

Lígia Saba

A aposentadoria é um momento aguardado por todos aqueles que dedicaram grande parte da vida ao trabalho. Acostumados com a rotina cansativa e cheia de atividades, é comum que os recém-aposentados encontrem dificuldades em lidar com o fim da carreira profissional. Estudos realizados pelo Institute of Economic Affairs (IEA) apontam que deixar de trabalhar pode trazer riscos para a saúde mental. Ainda de acordo com a pesquisa, a aposentadoria pode elevar em cerca de 40% as chances de desenvolvimento de depressão.

Tendo em vista as previsões do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) de que, em 2060, 1 em cada 4 brasileiros terão mais de 65 anos, a saúde mental dos aposentados trata-se de uma grande preocupação. Encontrar maneiras de driblar questões como o isolamento social, as preocupações financeiras e o tempo livre contribui para uma aposentadoria saudável. Neste sentido, muitos idosos passam a se dedicar a novos hobbies e atividades.

Para o professor aposentado Salvador de Carvalho, do Instituto de Ciências Biológicas da Universidade Federal de Goiás (ICB/UFG), a chegada da “melhor” idade veio acompanhada pelo descobrimento de uma nova vocação: a pintura. Depois de passar mais de 30 anos dedicado à docência, a aposentadoria fez com que o professor buscasse outras maneiras de preencher o tempo livre. Foi assim que Salvador começou a fazer aula de pintura oferecida pelo Sindicato dos Docentes das Universidades Federais de Goiás (Adufg-Sindicato) e se dedicar à arte.

“Depois de aposentado eu comecei a pensar ‘o que eu faço agora?’. Nesse momento, uma antiga colega me convidou para fazer

aulas de pintura e eu resolvi tentar. Comecei pintando paisagens bem simples e fui evoluindo, até chegar em artes mais abstratas. Dentro desta linha, eu me encontrei e foi uma maneira de preencher o tempo livre, além de desenvolver uma nova habilidade”, conta Salvador.

O artista já realizou três exposições no Adufg-Sindicato e se prepara para a próxima, que será em setembro. “A pintura me ajudou muito a passar pela aposentadoria, porque ela cobre o meu tempo. Ela me envolve de tal maneira que às vezes eu começo um trabalho e quero terminar logo para ver como ficou. Porém, preciso esperar a tinta secar, ver onde estão os erros. Então, também é um trabalho que exige paciência”, acrescenta o professor

Grupo Travessia

O Adufg-Sindicato conta com uma série de atividades voltadas para atender as necessidades de professores aposentados. Além de disponibilizar aulas de pintura, dança, coral, amigurumi, entre outros cursos, a entidade tem um grupo formado exclusivamente por idosos que se reúne frequentemente para propor novos projetos e atividades. Trata-se do Grupo Travessia - Aposentados/Adufg, que completou 13 anos em maio deste ano.

A atual coordenadora do projeto, professora Nancy Esperança Lopes, ressalta a importância do grupo. “O Travessia começou com apenas sete pessoas. No início, tivemos como proposta ser um grupo para viagens, mas, ao longo do tempo, ampliamos as atividades e desenvolvemos diversas propostas culturais e de entretenimento”, diz.

Antes dela, o grupo foi coordenado durante sete anos pela diretora de Assuntos de Aposentadoria e Pensão, professora



Foto: Erik Ely

Professor Salvador de Carvalho começou a fazer aula de pintura oferecida pelo Adufg-Sindicato e passou a se dedicar à arte

Ana Christina Kratz. “Os aposentados participavam pouco das atividades do Adufg, principalmente porque não existiam muitas atividades sociais voltadas para esse grupo. Então, idealizamos a iniciativa para mudar esse quadro”, explica a professora.

“Para nós, aposentados, é fundamental ter esse espaço dentro do Adufg, porque com o fim da carreira, nós acabamos perdendo o vínculo com a universidade. As atividades realizadas pelo Travessia nos ajudam a passar por essa fase com qualidade de vida e cercados de amigos”, finaliza a diretora.



Foto: Erik Ely

Membros do Grupo Travessia se reúnem para celebrar o aniversário de 13 anos do projeto

A UFG NA ESQUINA DA LOUCURA (JURÍDICA) - PARTE II

Usando as palavras de um professor da Universidade Federal de Goiás (UFG), aposentado e ex-presidente da Comissão Permanente de Pessoal Docente (CPPD): “Professor é lobo do professor”. Isso se vê quando verificamos, mas não só, as resoluções 32/2013 e 18/2017. A primeira, acrescentando requisito para a progressão funcional, quando a própria lei não delegou essa possibilidade às IFES, criando o requisito “pedido administrativo” para que o direito à progressão nascesse. Ou seja, se a sua solicitação viesse, por qualquer razão, às vezes até alheia à sua própria vontade e conduta (uma greve, por exemplo), após a finalização do seu interstício, a UFG fixava e fixou a progressão somente a partir do pedido.

A segunda, nem pior nem melhor que a primeira, transferiu ao corpo docente a morosidade do processo administrativo, pois o direito nascerá a partir da homologação da avaliação docente pelo conselho diretor. Ou seja, se a avaliação, por qualquer motivo, fosse realizada após a conclusão do interstício, esse, novamente, era alterado.

A lei, contudo, é bastante clara e direta, existem basicamente dois requisitos: interstício mínimo e aprovação em avaliação de desempenho. Por certo que a avaliação é feita dentro de um interstício fechado, pouco importando quando a avaliação fora solicitada ou realizada. É o que a doutrina, acolhida pelos Tribunais pátrios, inclusive pelo Supremo Tribunal Federal, denomina de efeito declaratório. Ou seja, irá se declarar aquilo que já foi preenchido, o que já foi previamente adquirido.

O mesmo ocorre com a titulação. Não depende de um órgão externo ao programa de pós-graduação validar o título, ainda que obtido em outro país, pois ao ser reconhecido, ele não terá validade como titulação a partir desse momento, mas a partir de sua obtenção, prévia ao reconhecimento. Não é difícil a Universidade entender isso, visto que já é aplicado na emissão dos diplomas de pós-graduação próprios, em que se consta a data de obtenção como a data da defesa da dissertação, para mestrado, ou da tese, para doutorado.

Mas não se esqueçam: “professor é lobo do professor”. Para fins de promoção funcional, o que vale é a data em que a Universidade emitiu a portaria que concede a promoção. Ou seja, a Universidade vai pagar como se o docente ainda não tivesse obtido a titulação, em um claro enriquecimento ilícito, pagando um doutor como se ainda fosse mestre, ou um mestre como se ainda fosse especialista.

Você deve estar se perguntando: “mas, e a procuradoria federal, não faz nada?”. Nesses momentos, causa espanto como é respeitada a autonomia universitária. “O Conselho Universitário é soberano, não há o que se fazer”. Tente, contudo, levar essa discussão ao tão soberano Consuni e verá o terror que farão sobre os conselheiros: “qualquer alteração que gere impacto orçamentário poderá atrair uma responsabilização pessoal de cada conselheiro”, disse, em uma sessão, um professor

por três vezes reitor.

Ora, que loucura, aquilo que gera impacto orçamentário para beneficiar um docente, dentro da lei, poderá acarretar na responsabilização pessoal do conselheiro, mas o impacto orçamentário decorrente da judicialização e consequente aumento de custos da própria Administração Pública com os honorários advocatícios, não atrairá essa responsabilização?

Essa aula de lógica devo ter faltado ao longo da minha vida acadêmica (isso desde as primeiras aulas de matemática no ensino fundamental). Questiona-se, em passant, quando a Universidade passou a ser tão autômata?

“ A UNIVERSIDADE PERTENCE À COMUNIDADE ACADÊMICA, NÃO A DOIS OU TRÊS PROCURADORES DA AGU QUE PRETENDEM AMEDRONTAR A COMUNIDADE UNIVERSITÁRIA, CONFERINDO O PIOR QUE A VIDA PROFISSIONAL POSSA DAR. EXORTO A COMUNIDADE ACADÊMICA A RETOMAR AS DIRETRIZES DA UNIVERSIDADE, TRANSFORMANDO-A NO LOCAL QUE SE PRETENDIA DESDE SUA FUNDAÇÃO ”

Não se olha mais para aqueles princípios norteadores (em tese) de nossa sociedade. Já fomos melhores que isso.

Já presenciamos a UFG reduzir salários de professores aposentados há mais de 20 anos, em clara ofensa ao direito adquirido, irreduzibilidade de vencimentos, decadência do direito de revisar a aposentadoria e dignidade da pessoa humana. Nem adentraremos às questões das insalubridades. Atrocidades jurídicas é o que não falta na UFG. Mas o pior ainda está por vir, fique até o final para nos estarmos juntos.

Imagine-se naquele caso citado, em que a UFG lhe deu uma progressão de forma equivocada. Você levou o tema ao Consuni, afinal, você acredita que dentro da Universidade exista a possibilidade de, no diálogo, na lógica, explicar sua situação e que seus pares irão analisar de forma objetiva e técnica a situação para corrigir uma ilegalidade. A resposta de



Igor Escher, advogado, assessor jurídico do Adufg-Sindicato

seus pares? Já vimos, medo de serem responsabilizados.

Não contente, você leva seu caso ao Judiciário, que lhe dá uma sentença favorável. A UFG então, sem medo de ser responsabilizada, corrige sua progressão, finalmente. O processo na Justiça ainda correrá para receber as diferenças salariais, e poderá demorar ainda muitos anos. Para viabilizar uma solução mais rápida, os advogados, seu e da UFG, tentam um acordo, que infelizmente não sai. Para sua surpresa, poucos meses depois dessa infrutífera negociação, a UFG voltou atrás na sua correção, revogando aquilo que lhe fez.

Para surpresa geral, não há um parecer jurídico sequer que deu força jurídica a tal conduta, apenas uma mera explicação dos gestores que houve uma interpretação equivocada da decisão judicial e que agora estão adequando ao que se acha correto. Lembra-se da necessidade de fundamentar as decisões administrativas dito antes? Pois bem, foi solenemente ignorada nesse caso.

Existem, portanto, dezenas de institutos jurídicos que podem declarar a plena nulidade desse ato, mas o que mais assusta é a ausência de medo de responsabilização ao se tomar qualquer conduta para prejudicar o corpo docente, mas quando é para beneficiar, há o império do medo.

Calma, continue comigo, ainda não chegamos ao ápice, ainda. Ao se questionar os gestores, esses dizem que seguem o entendimento do procurador, que sequer foi escrito e, portanto, não consta no processo. Pergunta-se então: onde está nossa tão louvável autonomia?

Pareceres jurídicos são opinativos, não impositivos, em teoria. Na prática, seria mais ético pagar ao procurador a soma de todas as gratificações dos gestores da UFG, afinal, ele é quem decide.

Repito, existem inúmeros instrumentos jurídicos que podem e vão anular esse entendimento esdrúxulo, mas o gosto que fica é de pura injustiça e covardia. Covardia dos gestores que se escondem atrás de um entendimento pífilo, fruto de uma política ignóbil, cega e irresponsável da AGU, mas que irá apenas responsabilizar e criminalizar os próprios gestores, tornando o medo deles mais próximo do que se quer e imagina.

A Universidade pertence à comunidade acadêmica, não a dois ou três procuradores da AGU que pretendem amedrontar a comunidade universitária, conferindo o pior que a vida profissional possa dar. Exorto a comunidade acadêmica a retomar as diretrizes da Universidade, transformando-a no local que se pretendia desde sua fundação.

SEDE DO ADUFG-SINDICATO NA CIDADE DE GOIÁS JÁ ESTÁ EM PLENO FUNCIONAMENTO

A sede do Sindicato dos Docentes das Universidades Federais de Goiás (Adufg-Sindicato) na Cidade de Goiás já está em pleno funcionamento. O espaço fica na Praça Dr. Tasso de Camargo, nº 07, salas 10 e 12, no centro, com horário de funcionamento das 8 às 18 horas. A solenidade de inauguração foi realizada no dia 29 de junho e contou com a diretoria da entidade.

“Os docentes da UFG-Campus Goiás possuem demandas específicas e nós, do Adufg, estamos atentos. Com a instalação da sede no município, queremos manter o diálogo permanente com os professores para defender seus interesses e garantir o cumprimento de direitos relacionados à carreira, salário e melhores condições de trabalho”, destaca o presidente do Adufg, professor Geci Silva.



Foto: Adufg-Sindicato

ADUFG E PROIFES PARTICIPAM DE LANÇAMENTO DA FRENTE PARLAMENTAR MISTA EM DEFESA DO SERVIÇO PÚBLICO

O Adufg-Sindicato e a Proifes-Federação participaram no dia 13 de junho, em Brasília (DF), do lançamento da Frente Parlamentar Mista em Defesa do Serviço Público. O evento, realizado na Câmara dos Deputados, reuniu representantes de entidades sindicais de todo país e contou com uma intensa programação de atividades, entre elas a leitura de Manifesto em defesa dos Servidores e do Serviço Público.

Pelo Adufg, estiveram presentes o diretor administra-

tivo, professor Flávio Silva, e a diretora de Assuntos Interinstitucionais, professora Geovana Reis. “É um momento muito importante para nós, servidores públicos. O Adufg e a Proifes estão presentes nas atividades, unindo forças e reforçando a nossa luta em defesa do serviço público. A expectativa é que as questões que afetam servidores e serviços públicos ganhem visibilidade e possam ser atendidas pelos nossos representantes no Congresso Nacional. Nossa luta é constante”, diz o professor Flávio Silva.



Foto: Comunicação Proifes

PROIFES-FEDERAÇÃO APRESENTA PAUTA EMERGENCIAL AO SECRETÁRIO DE GESTÃO DE PESSOAS DO MINISTÉRIO DA GESTÃO E INOVAÇÃO

Diretores da Proifes-Federação apresentaram no dia 22 de junho, em Brasília, a pauta emergencial da entidade ao secretário de Gestão de Pessoas do Ministério da Gestão e Inovação (MGI), José Celso Cardoso Júnior. O documento defende a revogação de medidas implantadas nos últimos dois governos, que prejudicam os servidores públicos e a população como um todo. O diretor administrativo do Adufg-Sindicato, professor Flávio Silva, que também é tesoureiro da Proifes, esteve presente na ocasião.

A pauta emergencial solicita que sejam revogadas, entre outras normas, a Emenda Constitucional (EC) nº 95, que

congelou os investimentos em educação; o decreto 10.621, que tem atrasado a concessão de aposentadorias; a portaria nº 983/2020, que ataca a autonomia dos institutos federais; a portaria 555/2022, que facilita demissões nas instituições de ensino; além da Lei 14.463/2022, que, entre outros retrocessos, transformou a natureza da Fundação de Previdência Complementar do Servidor Público da União (Funpresp) em privada.

José Celso manifestou interesse em debater a pauta apresentada pela Proifes e se colocou à disposição para atuar junto a outras secretarias do MGI.



Foto: Comunicação Proifes

NUTRICIONISTA DO ESPAÇO SAÚDE ORIENTA COMO APROVEITAR AS FÉRIAS SEM PERDER O FOCO

A MUDANÇA DE ROTINA ACABA INFLUENCIANDO NA ALIMENTAÇÃO, MAS É POSSÍVEL PASSAR PELO PERÍODO DE FORMA SAUDÁVEL

Vinícius Braga

Manter a dieta durante as férias é algo difícil (ou até impossível para muitos). A rotina e os horários passam por mudanças e acabam influenciando na alimentação. Porém, a nutricionista Fabiana Bonach, que atende no Espaço Saúde do Sindicato dos Docentes das Universidades Federais de Goiás (Adufg-Sindicato), reforça que é possível manter o foco neste período e evitar o ganho de peso. Confira algumas orientações dadas por ela:

- Beba água! Apesar de estarmos no inverno, nesta época, o tempo é bastante seco na região. É recomendado tomar, no mínimo, 10 copos de água ao dia.

- Consuma frutas e verduras. Elas são essenciais para o funcionamento do corpo.

- Faça atividade física. Mesmo em viagens de férias, programe-se, faça caminhadas ou nade, por exemplo. O importante é se manter ativo.

- Evite bebidas açucaradas, como refrigerantes. Troque por chá gelado, sucos naturais ou água de coco, pois terão menos calorias e mais nutrientes. Para os adultos, evitem o excesso de bebida alcoólica, optem por um drink sem álcool, por exemplo, com água gaseificada, frutas vermelhas congeladas e gengibre.

- Evite alimentos industrializados,



Foto: Erik Ely

Fabiana Bonach reforça que é possível manter o foco neste período e evitar o ganho de peso

como: doces, bolachas, congelados, salgadinhos...

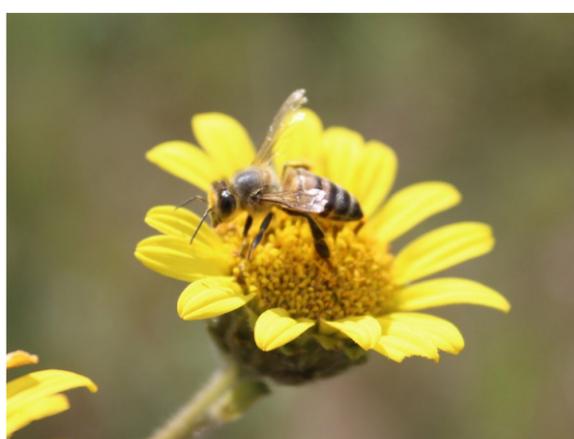
- Envolve as crianças em preparações saudáveis, promovendo uma atividade divertida para toda família. Algumas sugestões: bolo de cenoura, bolo de banana com aveia, uma pipoca com "lemon pepper" ou um sorvete falso de morango.

Faça a sua avaliação nutricional!

O atendimento é realizado às segundas, quartas e sextas-feiras, entre 8h e 13h; e às terças e quintas-feiras, entre 13h e 18h. Os interessados podem agendar pelo telefone (62) 3202-1280 ou (62) 99998-1608 (WhatsApp).

AGENDA

Exposição



O Adufg-Sindicato sedia em julho a exposição "Abelhas: polinizadoras do Cerrado", com fotografias da professora Tatiana Fiuza, que também é diretora de Comunicação, Promoções Sociais, Culturais e Científicas da entidade; poesias escritas pelo professor Luiz Carlos da Cunha; identificação científica das abelhas pelo professor Pedro Vale de Azevedo Brito; e identificação botânica pelo professor Heleno Dias Ferreira. O objetivo é evidenciar o grande valor econômico e ambiental das abelhas no cerrado brasileiro. A mostra está aberta para visitação entre os dias 3 e 31 de julho, na sede do Adufg.

Encontro da Proifes



O Adufg-Sindicato estará presente no XIX Encontro Nacional da Proifes-Federação, que será realizado de 19 a 21 de julho, em Salvador (BA). Por meio de votação, foi definida a delegação da entidade. Foram eleitos Luis Antônio Serão Contim (59 votos), Ana Christina de Andrade Kratz (51 votos), Marilda Shuvartz (39 votos), Geovana Reis (27 votos), João Batista de Deus (26 votos) e Luciene de Oliveira Dias (25 votos). Neste ano, o tema central será "Educação, democracia e movimento sindical". As discussões serão realizadas a partir de quatro eixos.

Encontro de Aposentados e Pensionistas



O VI Encontro de Aposentados e Pensionistas do Adufg-Sindicato está de volta. O evento, que tem como principal objetivo proporcionar um ambiente de confraternização repleto de atividades culturais, será realizado de 28 a 31 de agosto, no Sesc Caldas Novas. Será permitido levar cônjuges ou cuidadores, desde que fiquem nas mesmas acomodações. As inscrições podem ser feitas até 28 de junho pelo e-mail adriana.adm@adufg.org.br.

“QUANDO FAÇO UMA REFLEXÃO DA MINHA HISTÓRIA, EU ME ORGULHO DE LUTAR PELA UFG”

PROFESSOR DO INSTITUTO DE MATEMÁTICA E ESTATÍSTICA, RONALDO ALVES GARCIA CONTA A SUA HISTÓRIA NA INSTITUIÇÃO, QUE COMEÇOU EM 1979

Lígia Saba

A trajetória de Ronaldo Alves Garcia, professor do Instituto de Matemática e Estatística (IME) na Universidade Federal de Goiás (UFG), começou em 1979, como aluno no curso de Engenharia Elétrica. A Matemática passou a fazer parte de sua vida por influência do professor Genésio Lima dos Reis (in memoriam), que percebeu o talento para ciência no então aluno. Enquanto finalizava a graduação, Ronaldo passou a cursar também disciplinas do mestrado em Matemática.

“Minha trajetória profissional é um pouco torta. Eu comecei a fazer o curso de Engenharia e, por influência do professor Genésio, peguei também algumas disciplinas do programa de mestrado em Matemática. Acabei concluindo o curso de Engenharia Elétrica e o mestrado em Matemática conjuntamente. Quando eu me formei, eu tinha duas opções: ser engenheiro ou tentar o doutorado em matemática”, conta. Então, ele concluiu o mestrado na UFG sob a orientação do professor Genésio e o doutorado no Instituto de Matemática Pura e Aplicada (IMPA), em 1989, sob a orientação do professor Jorge Sotomayor (in memoriam).

Durante a graduação, alguns acontecimentos ficaram marcados na memória de Ronaldo. Dentre eles, a primeira greve federal dos professores e o início do movimento das Diretas Já. Na sua lembrança a origem desse movimento começou na Faculdade de Educação da UFG em uma reunião promovida pelo Diretório Central dos Estudantes da UFG (DCE) com o deputado Ulisses Guimarães. “Por volta da década de 80, o DCE era bastante ativo. Quando eu comparo com o que é hoje, eu vejo que, naquela época, a gente pensava que a movimentação estudantil era pequena, mas era muito mais intensa, tinha muito mais vivência universitária”.

Já como professor, a primeira experiência foi no então Campus de Jataí. Durante os muitos anos de docência, vários momentos são lembrados com

Foto: Erik Ely



Docente teve um significativo papel na interiorização da Matemática no estado de Goiás

destaque por ele. O primeiro deles foram os dois mandatos em que ocupou o cargo de chefe do departamento de Matemática e a direção do IME/UFG.

Outro momento foi a participação como conselheiro na reforma do estatuto da universidade, coordenada pelos professores Nelson Cardoso Amaral e Mauro Urbano Rogério, no reitorado do professor Ary Monteiro do Espírito Santo. Ronaldo destaca também sua atuação nos projetos de recuperação do mestrado e de criação do doutorado em matemática. Ele conta que orientou alunos de Iniciação Científica, mestrado e doutorado.

“A reforma do estatuto foi um período em que eu aprendi muito sobre a legislação universitária. Quando você vai tentar

entender como é que se faz uma lei, um regulamento, você acaba aprendendo muito. Então, acredito que dentro da minha carreira profissional aquela foi uma das fases de maior aprendizagem”, relata.

O professor acredita ter tido, ao longo de sua carreira, importante participação em várias conquistas da universidade. Dentre estes momentos, ressalta seu significativo papel na interiorização da Matemática no estado de Goiás. O docente teve intensa participação na criação do curso de Matemática em Jataí, em 1996. O curso de Matemática e Biologia foram os primeiros implementados no Campus de Jataí, sob a direção da professora Ana Cáritys Teixeira de Souza (in memoriam), na década de 90.

Pesquisa

Além de se dedicar à docência, Ronaldo Alves também realiza uma série de pesquisas no campo da Matemática. Tendo como objeto de estudo uma das ciências básicas, o professor tem como um de seus objetivos justificar, por meio de aplicabilidade, a realização de pesquisas. “Eu sei que os estudos que eu faço hoje não vão influenciar a curto prazo. O que eu sonho é que daqui a 300 anos o que eu pesquisei hoje sirva como contribuição duradoura para a ciência”, destaca.

Tendo como principal foco de pesquisa as propriedades qualitativas das linhas de curvatura, que estão presentes na tecnologia de fabricação de lentes (óculos), por exemplo, o docente defende que a Matemática está presente na vida de todos, pontuando como os estudos desenvolvidos na área auxiliam em diversas outras ciências. “A Matemática é acessível para todos. Trata-se de um conhecimento sem dono, um conhecimento totalmente livre. Só precisa de energia e esforço para se dedicar a esse conhecimento”.

Extensão

No campo da extensão, ele lembra da sua atuação na realização de eventos regionais, nacionais e internacionais e o incentivo aos intercâmbios acadêmicos de alunos e professores. Em especial, menciona a sua atuação na promoção das olimpíadas de matemática (OMEG, OBM e OBMEP).

Relembrando momentos de sua história como aluno e professor dentro da UFG, Ronaldo Alves se sente feliz em ter feito parte de tantos processos. Ele destaca, ainda, a sua participação na eleição para a Reitoria em 2005, tendo como companheira de chapa a professora Ivone Garcia Barbosa. “Quando faço uma reflexão da minha trajetória, eu me orgulho de lutar pela UFG. Sempre tentei valorizar a instituição acima dos interesses pessoais”, finaliza.